Recurso nº 224/2006

Data: 8 de Junho de 2006

- Assuntos:**
- Nomeação do defensor
 - Interrupção do prazo de recurso
 - Justo impedimento

Sumário

1. Há justo impedimento quando ocorrer evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obste à prática atempada do acto.
2. A nomeação defensor ao arguido em processo penal tem regras próprias, que são as de obrigatoriedade de assistência por defensor, nomeação de defensor ainda que não requerida, dispensa de alegação de uma situação de carência económica, não tendo em princípio cabimento neste campo o recurso ao apoio judiciário.
3. No processo penal ao arguido é obrigatoriamente assistido por advogado para a interposição do recurso, não pode ser fica prejudicado pelo facto de não ter constituído defensor para interpor

recurso ou de ter que esperar o demoro do Tribunal no incidente ou processo de nomeação do defensor.

4. Também é válido considerar razoável que se esteja numa situação de justo impedimento para a prática do acto nos termos do artº 97º, nº 2 do Código de Processo Penal, enquanto não for nomeado um novo defensor ao arguido, de acordo com as regras definidas para o apoio judiciário e por similitude de situações.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso nº 224/2006 - Incidente

Recorrente: A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da

R.A.E.M. :

Nos autos de CR2-05-0299-PCC junto do Tribunal Judicial de Base, o arguido, tendo sido absolvido pelo crime de falsificação de documento, p.p. pelo artº 18º, nº1 da Lei nº6/2004 de 2 de Agosto, por ser uma tentativa impossível, nos termos do art. 22º, nº3 do Código Penal, foi condenado pela prática, em autoria material e na forma consumada de um crime de furto qualificado p. p. pelo artº 198º, nº 2, al. e) do Código Penal, na pena de 3 anos e 3 meses de prisão.

A sentença foi notificada ao arguido no dia 14 de Março de 2006.

No dia 17 de Março de 2006, o arguido, por pretender interpor recurso, escreveu cartas para o Tribunal de Segunda Instância e, por causa do advogado nomeado não conversou com o arguido nem prestou

assistência no caso, pedindo a nomeação de um advogado que fale mandarin para facilitar a comunicação.(fls. 311-316)

Por requerimento de 21 de Março de 2006, o defensor nomeado veio pedir a escusa.(fl. 325), e de um pedido de substituição formulado pelo arguido e entrado no Tribunal em 22/03/2006.

No dia 3 de Abril de 2006, certificou-se que a sentença transitou em julgado em 24 de Março de 2006.

Não obstante, no dia 7 de Abril de 2006, a Mm^a Juiz, autorizou a escusa do Ilustre defensor e, nomeou um outro advogado para o efeito de interposição do recurso (fl. 340), entendendo que, ao abrigo do 27º, nº4 do DL. Nº 41/97/M, o prazo de recurso conta-se de novo, por inteiro, a partir do momento da notificação do despacho.

No dia 10 de Abril de 2006, A Secção do Tribunal mandou por via postal a notificar do despacho de nomeação do novo advogado.

No dia 10 de Abril de 2006, a defensora nomeada apresentou a sua peça recursória com a motivação (fls. 356 a 361).

Na sua douta resposta, a Digna Magistrada do Ministério Público levantou uma questão-prévia de (in)tempestividade do recurso ora interposto.

Não obstante, pelo despacho de 27 de Abril de 2006, com extensos fundamentos, foi o recurso admitido por ser tempestivo e ser legal e mandou subir para este Tribunal.

Nesta Instância, a Digna Procurador-Adjunto subscreveu no seu parecer, a levantada questão-prévia de extemporaneidade do recurso.

Assim sendo, para julgar esta questão-prévia, convoca-se esta conferência, dispensando os vistos dos Mm^{os} Juizes-Adjuntos dada a simplicidade da questão.

Conhecendo.

Como resulta dos autos, a sentença foi no dia 14 de Março de 2006 notificada ao arguido, que tinha advogado officiosamente nomeado para a sua defesa (fl. 208v).

Deve-se entender que o prazo de recurso corre logo no dia seguinte - 15 de Março de 2006.

No dia 22 de Março de 2006, registou um pedido de recusa a continuação de ser nomeado como defensor officioso para o arguido.

Daí deriva uma questão essencial: se o prazo de recurso suspende após o pedido de escusa até a nomeação de um novo?

Como se sabe o prazo de interposição de recurso é 10 dias – artigo 401º nº 1 do Código de Processo Penal, a contar, no caso, a partir do dia seguinte da leitura do acórdão – 15 de Março de 2006, sendo o último dia deste prazo o dia 24 deste mês.

Também seja corrente que havendo arguido preso no processo penal, o prazo de pedido de apoio judiciário não se suspende nos termos do artigo 13º nº 1 do D.L. nº 41/94/M, salvo caso de justo impedimento – artigo 97º nº 2 do Código de Processo Penal, como a decisão do Tribunal de Última Instância, no caso idêntico, contido no seu douto Acórdão de 12 de Outubro de 2005 no processo nº 21/2005, que consignou que *“no processo penal, havendo arguidos presos, tanto no instituto do apoio judiciário, na modalidade de patrocínio judiciário, como no da defesa oficiosa, a substituição de defensor do arguido no decurso do prazo de interposição de recurso de decisão condenatória não determina a suspensão ou interrupção do prazo em curso, salvo caso de justo impedimento”*.

No presente caso, o arguido tinha defensor oficioso para sua defesa, incumbindo-lhe em princípio a assegurar a sua defesa em todos os termos processuais, inclusivé o termo de recurso, até a ser substituído por outro, quer constituído quer nomeado.

Porém, o seu defensor só na véspera veio pedido a escusa, e assim a Mmª Juiz nomeou-lhe um defensor.

Ao ser notificado o novo defensor nomeado (incluindo os termos de julgar o pedido de escusa do mesmo), o prazo de interpor recurso já “espirado” há muito tempo.

Pode-se considerar como tempestivo o recurso interposto? Houve aqui o evento de justo impedimento?

Quanto à questão em causa, tivemos oportunidade de nos pronunciarmos no Acórdão de 16 de Fevereiro de 2006 no processo nº 12/2006, cujos fundamentos também se valem para a apreciação desta questão.

Como se sabe, a nomeação de defensor ao arguido em processo penal tem regras próprias, que são as que se encontram nos artigos 50º ss do Código de Processo Penal (obrigatoriedade de assistência por defensor, nomeação de defensor ainda que não requerida, dispensa de uma situação de carência económica), pelo que não tem em princípio cabimento neste campo o recurso ao apoio judiciário.

Porém, essa especificidade não pode significar um prejuízo para os direitos que assistem o arguido em processo penal, principalmente se comparados com os de qualquer outro sujeito processual que beneficie de apoio judiciário. Isto é, se qualquer pessoa tem certos direitos previstos na lei por pedir, no âmbito do apoio judiciário, a nomeação de patrono, por exemplo, para o ofendido, a lei manda não suspender, quando houver

arguido preso no processo penal, a instância ou seja não interromper os prazos processuais em curso.

Digamos que esta regra contida no artigo 13º ou 27º do D.L. nº 41/94/M é estabelecido no interesse do arguido preso, não pode por isso o arguido preso vir a ser prejudicado, pois essa regra não está prevista no sentido de celeridade processual mas tão só o direito inerente de liberdade do arguido preso.

Por outro lado, no caso dos presentes autos o arguido estava preso, está fisicamente impedido de contactar com o seu defensor constituído em tempo útil e a constante contacto com o Tribunal por carta implica a bastante demora. E efectivamente o arguido não tem defensor para a sua defesa na fase de recurso (tendo cessado a relação com o seu defensor constituído), enquanto a Lei exige que ao arguido é obrigatoriamente assistido no recurso pelo advogado.

De modo que, o Ilustre defensor ao fazer o pedido de escusa de patrono oficioso, colocou o arguido na posição de beneficiar das regras decorrentes do Dec. Lei nº 41/89/M, pelo que não deve ficar prejudicado pela demora do tribunal (como efectivamente ocorreu), vendo esgotar-se o prazo processual que está em curso sem ter possibilidade de acesso à justiça.

Nestes termos, por natureza processual das regras derivadas no próprio processo penal (e não do D.L. nº 41/94/M), interrompe-se o

prazo em curso até a nomeação de um novo defensor para a interposição do recurso.

Pois, sendo o prazo estabelecido para benefício processual do arguido e não podendo este praticar o acto por si próprio mas só através de defensor, a falta de defensor pelo facto de este não interpor recurso, não pode deixar de fazer parar a contagem do prazo em curso.

Como efectivamente ocorreu, o seu defensor entendeu que não seria viável o recurso, afigura-se ser absurdo que o primitivo defensor tivesse de praticar um acto pessoal do arguido, só porque o tribunal não nomeou outro defensor antes de esgotado o respectivo prazo.

Seria assim uma violência quer para o arguido quer para o defensor entretanto já recusado.

Parece-nos mais razoável que no caso que temos estado a apreciar se considere configurada uma situação de justo impedimento para a prática do acto (artº 97º, nº 2 do Código de Processo Penal), que tem por efeito prático a interrupção da contagem do prazo de recurso enquanto durar o impedimento (ou seja, enquanto não for nomeado um novo defensor ao arguido), de acordo com as regras definidas para o apoio judiciário.

Pois há justo impedimento quando ocorrer evento não imputável à parte nem aos seus representantes, que obste à prática atempada do acto – artigo 96º do Código de Processo Civil.

É precisamente o caso o presente, um evento não pode ser imputável ao arguido ora recorrente.

Este justo impedimento também não se deixa de ser admissível no Acórdão do Alto Tribunal de Última Instância acima referido, na apreciação da suspensão ou interrupção da contagem do prazo de recurso em curso.

Há assim no presente caso concreto um justo impedimento para impedir a contagem do prazo de recurso.

Note-se que temos falado em "interrupção" da contagem do prazo e não em suspensão, pois é aquela a expressão usada no artº 13º, nº 2, do DL nº 41/94/M (o prazo é contado *de novo*), pelo que o prazo para recorrer é de 10 dias, contado por forma seguida desde a notificação do despacho de decisão de autorização da escusa deduzida pelo defensor nomeado e a nomeação de novo defensor - carta registada de 10 de Abril de 2006, estando em tempo o recurso, pelo requerimento no mesmo dia da data de correio.

Pelo exposto, o recurso em apreço é tempestivo, e em consequência, é de admitir, devendo correr o presente os seus termos processuais até ao fim.

Assim decidimos.

Sem custas incidentais.

Macau, RAE, aos 8 de Junho de 2006

Choi Mou Pan (Relator)

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong (subscrevo a decisão apenas com fundamento na verificação “in casu” do justo impedimento notório)